



**PARECER PRÉVIO Nº 33/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11164/2014.**

**Aposos:** Processo nº 10455/2014, 10618/2013, 10801/2014 e 10132/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Iranduba

**4- Exercício:** 2013

**5- Responsável:** Xinaik Silva de Medeiros (Prefeito Municipal)

**6- Advogado:** Énia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM n.º 10.416, Patricia Gomes de Abreu - 4447, Ana Paula Freitas de Oliveira - 7495, Diogo de Mendonça Melim - OAB/DF nº 35188, Aline Rocha Muniz - 6108, Alcides Martins de Oliveira Neto - OAB/AM nº 7306, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM nº 8243, Waldir Lincoln Prereira Tavares - OAB/AM 3.998, Fabricia Taliele Cardoso dos Santos - OAB/AM nº 8446 e Antônio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM n.º 4177

**7- Unidade Técnica:** DICAMI

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1780/2017-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**9- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Iranduba. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Anuais do **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, responsável pela Prefeitura Municipal de Iranduba, exercício de 2013, com fundamento no art. 127 da Constituição Estadual.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Junho de 2017



**PARECER PRÉVIO Nº 33/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**

Conselheiro-Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 33/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11164/2014.**

**Apensos:** Processo nº 10455/2014, 10618/2013, 10801/2014 e 10132/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Iranduba

**4- Exercício:** 2013

**5- Responsável:** Xinaik Silva de Medeiros (Ordenador de Despesa)

**6- Unidade Técnica:** DICAMI

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1780/2017-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Iranduba. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ofício. Notificação.

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, responsável pela Prefeitura Municipal de Iranduba, exercício de 2013;
- 9.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 1.096,06 (um mil, noventa e seis reais e seis centavos)** para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (abril a dezembro), totalizando **R\$ 9.864,54 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, de acordo com as impropriedades: 102 e 103, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$**



**ACÓRDÃO Nº 33/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

**43.000,00 (Quarenta e três mil reais)**, em virtude das seguintes impropriedades: 02 a 08, 12 a 24, 27 a 41, 43 a 49, 53 a 61, 67 a 75, 80, 84 a 88, 90 a 99, 104, 106, 108, 116 a 120, 122, 125, 126, 129 a 131, 133 a 136, 138, 139, 141, 145, 146, 148 a 159, 161 a 163, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 9.4. Aplicar Multa ao Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais)**, em virtude das seguintes impropriedades: 25, 42, 50 a 52, 62 a 66, 76 a 79, 100, 101, 107, 109, 113, 114, 123, 124, 137, 140, 144, 147, 160, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.5. Aplicar Multa ao Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, com fulcro no art. 308, II, do Regimento Interno TCE/AM, no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos) por bimestre de atraso, para o responsável, no montante de **R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos)**, pelas seguintes impropriedades: 127 e 128 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.6. Aplicar Multa a empresa Terra Construção Civil Ltda - EPP**, com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, pelas seguintes impropriedades: 25, 42, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.7. Aplicar Multa a empresa H de S Barbosa - ME**, com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, pela seguinte impropriedade: 42, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.8. Aplicar Multa a empresa A Z Construções e Serviços de Transportes Ltda - ME**, com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 4.384,12 (Quatro mil,**



**ACÓRDÃO Nº 33/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

**trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, pelas seguintes impropriedades: 62 a 66, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 9.9. Aplicar Multa** a empresa **DCM Construções e Serv. de Trans. LTDA**, com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 4.384,12 (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, pelas seguintes impropriedades: 76 a 79, 123, 124, 137, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.10. Aplicar Multa** a empresa **M DE F SILVA BENEDITO**, com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 4.384,12 (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, pela seguinte impropriedade: 147, 160, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.11. Considerar em Alcance** o **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 19.198.924,20 (dezenove milhões, cento e noventa e oito mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos)** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Iranduba. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. De acordo com o que segue:
- a) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 521.419,13 (Quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e dezenove reais e treze centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 107;
  - b) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 10.917.458,22 (Dez milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 109;
  - c) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 1.147.846,92 (Um milhão, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 113;
  - d) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 12.900,00 (Doze mil e novecentos reais)**, de acordo com a impropriedade de n.º 140;



**ACÓRDÃO Nº 33/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/ 2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

- e) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 90.384,20 (Noventa mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 143 e 144;
- f) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **Terra Construção Civil Ltda**, no valor de **R\$ 989.946,54 (Novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 25;
- g) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente as empresas **Terra Construção Civil Ltda** e **H de S Barbosa ME**, no valor de **R\$ 1.187.093,62 (Um milhão, cento e oitenta e sete mil, noventa e três reais e sessenta e dois centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 42;
- h) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **A Z Construções e Serviços de Transportes Ltda**, no valor de **R\$ 107.890,78 (Cento e sete mil, oitocentos e noventa reais e setenta e oito centavos)**, de acordo com as impropriedades de n.º 62 a 66;
- i) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **DCM Construções e Serviços de Transporte**, no valor de **R\$ 1.644.750,00 (um milhão e seiscentos e quarenta e quatro mil e setecentos e cinquenta reais)**, de acordo com as impropriedades de n.º 76 a 79;
- j) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **DCM Construções e Serviços de Transporte**, no valor de **R\$ 405.397,11 (Quatrocentos e cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e onze centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 123;
- k) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **DCM Construções e Serviços de Transporte**, no valor de **R\$ 523.800,00 (Quinhentos e vinte e três mil e oitocentos reais)**, de acordo com a impropriedade de n.º 124;
- l) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **DCM Construções e Serviços de Transporte**, no valor de **R\$ 114.850,00 (Cento e quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais)**, de acordo com a impropriedade de n.º 137;
- m) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **M DE F SILVA BENEDITO**, no valor de **R\$ 277.231,50 (duzentos e setenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 147;
- n) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **M DE F SILVA BENEDITO**, no valor de **R\$ 703.741,50 (Setecentos e três mil, setecentos e quarenta um reais e cinquenta**





**ACÓRDÃO Nº 33/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

- centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 160;
- o) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros** e solidariamente a empresa **CJ Construções Ltda**, no valor de **R\$ 43.848,07 (Quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e sete centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 52;
  - p) O **Sr. Xinaik Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 510.366,61 (Quinhentos e dez mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos)**, de acordo com a impropriedade de n.º 101;
- 9.12. Determinar** à atual gestão da Prefeitura Municipal de Iranduba que cumpra as determinações contidas nas impropriedades de nº: 01, 09, 10, 26, 105, 118, 120, 126, 141, 142, 154, 161;
- 9.13. Determinar** à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Iranduba que cumpra as determinações contidas nas impropriedades de nº: 150, 151, 159;
- 9.14. Determinar** à Secretaria de Controle Externo que inclua no escopo da próxima Comissão de Inspeção, da Prefeitura Municipal de Iranduba, o que está determinado nas impropriedades de nº: 81 a 83 e 115;
- 9.15. Determinar** o prazo de 30 (trinta) dias aos responsáveis para que recolham, em benefício dos cofres da Prefeitura Municipal de Iranduba, os valores inerentes aos alcances descritos e, em favor dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002;
- 9.16. Oficiar** o Ministério Público do Estado do Amazonas, enviando cópia do julgamento deste processo, a fim de que tome as providências que endetender necessárias;
- 9.17. Determinar** a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação, por parte do Sr. Xinaik Silva de Medeiros e demais interessados, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;
- 9.18. Notificar** o Sr. Xinaik Silva de Medeiros e os demais interessados, assim como os seus Advogados, a respeito do defecho dado a estes



**ACÓRDÃO Nº 33/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

autos.

**10- Ata:** 18ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 8 de Junho de 2017

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**12.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral